

mercado

As reservas desconhecidas

A desvalorização do real não deve piorar a situação da dívida pública nem da privada

Alexandre Schwartzman

Doutor em economia pela Universidade da Califórnia em Berkeley e ex-diretor do Banco Central

A acumulação de reservas ajudou o país a se tornar mais estável. O processo que se iniciou em janeiro de 2004 dotou o país de um volume expressivo de divisas que podem ser usadas em caso de alterações bruscas nas condições financeiras globais.

No fim de 2008, por exemplo, o BC ofertou dólares, inclusive para o financiamento das exportações, quando os bancos internacionais se retraíram. Isso limitou o contágio e permitiu a recuperação mais rápida da economia naquele momen-

to em comparação a um cenário em que empresas não tivessem acesso a essa modalidade de crédito.

Há, obviamente, uma discussão ainda em curso sobre os benefícios e os custos das reservas, o que naturalmente desemboca na pergunta do nível ótimo de reservas, mas não é desse assunto que pretendo tratar aqui.

Menos conhecida, mas não menos importante, é a acumulação privada de ativos estrangeiros, principalmente na forma de investimentos dire-

tos. Em parte pela liberação a partir de abril de 2005 (empresas tinham antes de obter permissão para investir mais do que US\$ 50 milhões no exterior), em parte por sua maior integração à economia global, houve um aumento apreciável do estoque de investimentos brasileiros no exterior.

Considerando apenas a participação no capital, ao fim de 2017 o investimento brasileiro atingiu US\$ 333 bilhões (ante US\$ 54 bilhões em 2004). Somado aos empréstimos a subsidiárias e controladoras, isso che-

gou a US\$ 359 bilhões no fim do ano passado, pouco menos que as reservas (US\$ 375 bilhões).

Tal desenvolvimento tem consequências importantes. Embora o país ainda apresente um passivo externo (dívidas e investimentos estrangeiros) superior ao seu ativo (US\$ 1,6 trilhão, ante US\$ 861 bilhões), a composição de passivos e ativos em termos das moedas se tornou bem mais favorável ao Brasil.

Colocado de forma bastante simples, “devemos” a estrangeiros em reais (o equivalente

a US\$ 1 trilhão) e somos seus “credores” em dólares (US\$ 320 bilhões). Assim, quando o real perde valor, tanto o governo quanto o setor privado veem seus ativos em dólares protegidos, enquanto seus passivos encolhem.

Isso não é uma teoria. Entre junho e dezembro de 2008, quando o dólar saltou de R\$ 1,60 para R\$ 2,40 (desvalorização de 50%), o passivo externo total caiu de US\$ 1 trilhão para US\$ 665 bilhões. Da mesma forma, quando o real se depreciou quase 50% ao longo de 2015, o passivo externo encolheu de US\$ 1,5 trilhão no fim de 2014 para US\$ 1,2 trilhão no fim de 2015. Em ambos os eventos, os ativos externos ficaram praticamente inalterados.

No caso do setor privado, embora empresas brasileiras tenham dívidas no exterior, o balanço do conjunto delas

mostra ativos em dólares um pouco maiores do que passivos (algo como US\$ 22 bilhões). Para o setor público, a diferença é ainda maior: quase US\$ 300 bilhões.

Assim, ao contrário do que ocorreu em outros momentos, a desvalorização da moeda nacional não deve piorar a situação de endividamento do setor privado, nem do setor público. O primeiro, em seu conjunto, registraria ganhos modestos, enquanto o segundo teria ganhos bem mais expressivos.

A liberação do mercado de câmbio em 2005 tornou as empresas menos vulneráveis aos movimentos do dólar, movimento voluntário e que, portanto, reflete o balanço de incentivos e riscos do setor privado.

Mais uma lição a ser estudada, num país que resiste com poucos ao aprendizado.

aschwartzman@gmail.com

D S T Q Q S S Samuel Pessoa | Marcia Dessen | Nizan Guanaes; Benjamin Steinbruch | Alexandre Schwartzman | Laura Carvalho | Nelson Barbosa; Pedro Luiz Passos | Marcos Sawaya Jank; Rodrigo Zeidan



AMAZON É ALVO DE PROTESTO NA ALEMANHA

Funcionário da Amazon usa máscara de seu fundador, Jeff Bezos, durante manifestação em Berlim contra as condições de trabalho na empresa Fabrizio Bensch/Reuters

Odebrecht não fecha acordo com os bancos e posterga pagamento de dívida

Empresa teria de quitar parcela de R\$ 500 mi, mas usa prazo extra de 30 dias para finalizar negociação

Raquel Landim

SÃO PAULO A Odebrecht Engenharia & Construção (OEC) informou aos seus credores que não vai pagar uma parcela de R\$ 500 milhões de títulos de dívida emitidos no ex-

terior que vence nesta quarta-feira (25).

A companhia pretende usar parte do “período de cura” de 30 dias — uma espécie de carência — para finalizar a negociação de um novo empréstimo com os principais bancos brasileiros, o que permitiria efetuar o pagamento.

Caso isso não ocorra, a OEC

entrará oficialmente em “default” (descumprimento do pagamento de débitos) e ficará suscetível a solicitações de antecipação de todas as suas dívidas, o que poderia levar a empresa à recuperação judicial.

Nos últimos meses, a Odebrecht S.A., holding que controla as diversas empresas do

grupo, negocia um empréstimo de R\$ 2,2 bilhões a R\$ 2,5 bilhões com os bancos.

O objetivo é aplicar parte desse dinheiro na construtora — não só para pagar a dívida vencida mas também para capitalizá-la. Outra fatia seria usada para quitar outros débitos do grupo.

Segundo pessoas que acompanham o assunto de perto, as negociações estão bastante complicadas. Apenas Itaú e Bradesco aceitaram o empréstimo, mas exigem preferência na hora de receber caso precisem acionar as garantias, que são as ações que a Odebrecht possui na Braskem.

Hoje os primeiros da fila são Banco do Brasil e BNDES, que resistem a abrir mão desse direito.

A Odebrecht enfrenta uma grave crise desde que a Operação Lava Jato revelou seu esquema de pagamento de propina a políticos para obter obras públicas.

Por causa do escândalo, a construtora tem dificuldade para conseguir novas obras, o que compromete o seu fluxo de caixa e dificulta o pagamento de suas dívidas.

Os bônus externos da OEC

somam R\$ 3 bilhões. Os papéis foram emitidos pela construtora, mas usados na expansão do grupo em outros negócios, que não se rentabilizaram em razão da crise. Depois da parcela de R\$ 500 milhões que deveria ser paga neste mês, o restante da dívida só vence a partir de 2025.

Segundo pessoas próximas à empresa, a construtora realizou um conferência telefônica na manhã desta terça-feira (24) com os principais detentores de bônus para tentar acalmá-los e assegurar que pretende pagar a dívida, se possível, nos próximos 15 dias.

Procurada, a OEC disse que “foi informada de que seu acionista controlador está em estágio avançado de negociações de uma operação financeira”.

De acordo com a empresa, quando a transação for concluída, haverá “suporte adicional que possibilitará a retomada do crescimento sustentável e permitirá honrar as obrigações de pagamento dos bonds com vencimento neste mês de abril, antes do final dos 30 dias do período de carência”.

À espera de decisão dos EUA, setor do aço no Brasil pede barreiras

Taís Hirata

SÃO PAULO A indústria do aço tem pressionado o governo brasileiro a também criar barreiras de proteção contra as sobretaxas do imposto anunciadas pelo presidente americano, Donald Trump. Na segunda-feira (30), acaba o prazo de negociação das isenções do Brasil com o governo dos EUA.

A demanda não é nova, mas se tornou mais urgente em meio à escalada de medidas protecionistas após os EUA taxarem o aço importado em 25%, segundo o Instituto Aço Brasil, associação de empresas do setor.

“Parece que estamos indo na contramão. Americanos e europeus estão fechando seus mercados, e aqui [o Ministério da] Fazenda falando que quer abrir mercado”, afirmou Alexandre Lyra, presidente da Vallourec e do conselho da entidade.

As companhias brasileiras já se organizam para fazer missões à China, com o intuito de convencer grandes empresas que têm vendido concessões no Brasil a comprar aço brasileiro e evitar importações.

“Se não quer chamar de conteúdo local, porque a palavra é feia, muda o termo. Mas alguma coisa para proteger a indústria de transformação nacional vai ser necessária”, afirmou.

Os EUA são os maiores compradores de aço do Brasil. As perdas anuais com as tarifas seriam de cerca de R\$ 1,1 bilhão ao ano, segundo estimativa do Ipea.

Raízen compra ativos da Shell na Argentina

A Raízen Combustíveis, joint venture formada entre Cosan e Shell, assinou contrato para aquisição dos negócios de refino de petróleo, distribuição de combustíveis e operação de postos da Shell na Argentina.

O acordo soma US\$ 950 milhões (R\$ 3,3 bilhões) e deve ser concluído no segundo semestre. O negócio inclui uma refinaria e 645 postos, com venda de aproximadamente 6 bilhões de litros por ano, ocupando o segundo lugar.

Reuters

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO AMAZONAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2018

1.1. Processo n.º 1556/2018. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de consumo (médico e odontológico), conforme descrição e quantidades constantes dos Anexos I e II do Termo de Referência n.º 001/2018 – SEMO/COMED/TRE-AM. Disponibilidade do edital: A partir de 25/04/2018, de 08h00 às 17h59, no site www.comprasnet.gov.br. Entrega das Propostas: a partir de 25/04/2018, às 08h00, no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/05/2018, às 10:00h horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. Endereço para consultas: Avenida André Araújo, s/n, bairro Aleixo, Manaus-AM (sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL). Telefone: (92) 3632-4455. E-mail: cpl@tre-am.jus.br. Manaus (AM), 24 de Abril de 2018
Roberto Lopes Galiza
Pregoeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 395/2017

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 395/2017 para eventual contratação do serviço de publicação de avisos de licitação em jornal. Abertura: 10/05/2018 às 9:00 horas. Os interessados poderão examinar o edital e seus anexos no site www.comprasnet.gov.br.
Francisco Pereira dos Santos Neto
Pregoeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
CAMPUS SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 308/2017

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 308/2017 para eventual contratação de serviço de enlace de dados para interconexão de unidades da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Abertura: 15/05/2018 às 9:00 horas. Os interessados poderão examinar o edital e seus anexos no site www.comprasnet.gov.br.
Francisco Pereira dos Santos Neto
Pregoeiro

ASPDM – ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA/HOSPITAL GERAL DE PEDREIRA, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 006/2018 (ID 629), realizado para a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Home Care. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.publinexo.com.br/privado.

DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista

SECRETARIA DA FAZENDA
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

HABILITAÇÃO DA LICITANTE

Pregão Presencial Geinf.2 nº 006/18, destinado a cont. de emp. de tec. na área de serv. financeiros - FINTECH, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL. Informamos que a licitante Easycredito Mobile APP EIRELI - ME, apresentou, tempestivamente, a comprovação de regularidade fiscal, estando em conformidade com as exigências do edital, sendo assim considerada habilitada e declarada vencedora da licitação.